


 MINISTÉRIO DAS FINANÇAS AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS  MODELO 3		Comprovativo de Entrega da Declaração Modelo 3 de IRS Via Internet													
Ano 2022		Identificação da Declaração 3549-I0492-96		Data de Recepção 2023-04-01		Elementos para validação do Comprovativo N.º de Contribuinte: 287581993 Cód. Validação: Y4EMBNMK4MF7 <small>Para validar este comprovativo aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, opção "Serviços>Outros Serviços>Validação de Documento" e introduza o n.º de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a este comprovativo.</small>									
3 NOME DO SUJEITO PASSIVO															
Sujeito Passivo A JANILSON ANDRADE OLIVEIRA						NIF 01 287581993		DEFICIENTE GRAU F.A.							
4 ESTADO CIVIL DO SUJEITO PASSIVO															
Casado 01 Unido de facto 02 <input checked="" type="checkbox"/> Solteiro, divorciado ou separado judicialmente 03 Viúvo 04 Separado de facto 05															
5 OPÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO CONJUNTA DOS RENDIMENTOS															
A 1. Se assinalou os campos 01 (casado) ou 02 (unido de facto) do quadro 4, indique se ambos os cônjuges ou unidos de facto optam pela tributação conjunta dos rendimentos: Sim 01 <input checked="" type="checkbox"/> Não 02 2. Se assinalou o campo 01 (Sim), identifique o sujeito passivo B:															
NOME DO SUJEITO PASSIVO Sujeito Passivo B CAROLINA FERREIRA TAVARES						NIF 03 269531688		DEFICIENTE GRAU F.A.							
B 3. Se assinalou o campo 04 (viúvo) do quadro 4 e ocorreu o óbito do cônjuge no ano a que respeita esta declaração, indique se opta pela tributação conjunta dos rendimentos Sim 04 Não 05 4. Se assinalou o campo 04 (Sim), preencha o NIF do cônjuge falecido															
SOCIEDADE CONJUGAL - ÓBITO DE UM DOS CÔNJUGES NO ANO A QUE RESPEITA A DECLARAÇÃO						NIF		DEFICIENTE GRAU F.A.							
Cônjuge falecido						06		GRAU F.A.							
6 AGREGADO FAMILIAR															
A Se assinalou os campos 02 ou 05 do quadro 5 (NÃO opta pela tributação conjunta dos rendimentos), indique o NIF do cônjuge / unido de facto / cônjuge falecido (ano do óbito) 01															
B DEPENDENTES															
DEPENDENTES															
NIF D1 292043295		DEFICIENTES GRAU		NIF D2 304846643		DEFICIENTES GRAU		NIF D3 314645462		DEFICIENTES GRAU					
D4		GRAU		D5		GRAU		D6		GRAU					
AFILHADOS CIVIS															
NIF AF1		DEFICIENTES GRAU		NIF AF2		DEFICIENTES GRAU		NIF AF3		DEFICIENTES GRAU					
DEPENDENTES EM GUARDA CONJUNTA															
NIF DG1		DEFICIENTES GRAU		Resp. parentais exercidas por:		NIF do outro sujeito passivo		Integra agregado SP Outro SP		Partilha de despesas %					
DG2		GRAU		GRAU		GRAU		GRAU		Residência Alternada Sim 01 Não 02 Sim 01 Não 02					
C DEPENDENTE EM ACOLHIMENTO FAMILIAR (DL N.º 139/2019, DE 16/09)															
Se, no ano a que respeita a declaração, teve algum dependente, identificado no Q6B, em situação de acolhimento familiar, nos termos do Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16/09, indique:															
Dependente		Período do acolhimento Data de início Data de fim Ano Mês Dia Ano Mês Dia						Dependente		Período do acolhimento Data de início Data de fim Ano Mês Dia Ano Mês Dia					
7 ASCENDENTES, COLATERAIS E FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO															
A ASCENDENTES EM COMUNHÃO DE HABITAÇÃO COM O SUJEITO PASSIVO						B OUTROS ASCENDENTES E COLATERAIS ATÉ AO 3.º GRAU									
NIF AS1		DEFICIENTES - GRAU		NIF AC1		DEFICIENTES - GRAU		NIF AC2		DEFICIENTES - GRAU					
AS2		GRAU		AC2		GRAU		AC2		GRAU					
C CRIANÇA OU JOVEM ACOLHIDO NOS TERMOS DO DL N.º 139/2019, DE 16/09															
Se, no ano a que respeita a declaração, acolheu alguma criança ou jovem, nos termos do Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16/09, indique:															
NIF da criança ou jovem		NIF do titular responsável pelo acolhimento familiar		Período do acolhimento Data de início Data de fim Ano Mês Dia Ano Mês Dia											

8	RESIDÊNCIA FISCAL									
A	RESIDENTES									
Continente 01 X R. A. Açores 02 R. A. Madeira 03										
B	NÃO RESIDENTES									
Não residente 04 Representante - NIF 05 País de residência 06										
Se reside na União Europeia ou no Espaço Económico Europeu indique: Pretende a tributação pelo regime geral 07 ou opta por um dos regimes abaixo indicados 08 Opção pelas taxas gerais do art.º 68.º do CIRS - Relativamente aos rendimentos não sujeitos a retenção liberatória - art.º 72.º, n.º 15, do CIRS 09 Opção pelas regras dos residentes - art.º 17.º-A do CIRS 10 Total dos rendimentos obtidos no estrangeiro 11										
C	RESIDÊNCIA FISCAL PARCIAL									
Se durante o ano deteve o estatuto de residente e de não residente, indique o período a que respeita esta declaração de de a										
9	REEMBOLSO POR TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA									
O Número de Identificação Bancária Internacional (IBAN) deve pertencer ao sujeito passivo A e/ou B Pretende que a AT associe este IBAN aos seus dados de identificação do NIF, caso ainda não esteja, para utilização em pagamentos de reembolsos e restituições a efetuar pela AT? PT50001000005402434000175 Sim 01 X Não 02										
10	NATUREZA DA DECLARAÇÃO									
1.ª declaração do ano 01 X Declaração de substituição 02										
11	CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS / CONSIGNAÇÃO DO BENEFÍCIO DE 15% DO IVA SUPORTADO									
ENTIDADES BENEFICIÁRIAS										
Instituições religiosas (art.º 32.º, n.º 4, da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho) 1101										
Instituições particulares de solidariedade social ou pessoas coletivas de utilidade pública (art.º 32.º, n.º 6, da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho) 1102										
Pessoas coletivas de utilidade pública de fins ambientais (art.º 14.º, n.ºs 5 e 7, da Lei n.º 35/98, de 18 de julho) 1103										
Instituições culturais com estatuto de utilidade pública (art.º 152.º do CIRS)										
12	ANEXOS		Quantidade	ANEXOS		Quantidade	13 PRAZOS ESPECIAIS			
1	Anexo A	1	8	Anexo G1		Prazo especial (n.º 2 do art. 60.º do CIRS) 01				
2	Anexo B		9	Anexo H	1	Prazo especial (n.º 2 do art. 31.º-A do CIRS) 02				
3	Anexo C		10	Anexo I		Prazo especial (n.º 7 do art. 44.º do CIRS) 03				
4	Anexo D		11	Anexo J		Data do facto que determinou o prazo especial 04				
5	Anexo E		12	Anexo L		Prazo especial (n.º 3 do art. 60.º do CIRS) 05				
6	Anexo F		13	Outros documentos		Rendimentos de anos anteriores (n.º 3 do art. 74.º do CIRS) 06				
7	Anexo G		14	Anexo SS		Se assinalou, o campo 06, indique:				
						Ano recebimento Categoria dos rendimentos				

 MINISTÉRIO DAS FINANÇAS AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS  MODELO 3 Anexo A		1 CATEGORIAS A / H TRABALHO DEPENDENTE PENSÕES		2 ANO DOS RENDIMENTOS <div>01 2022</div>				
3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S) <div> <div>Sujeito passivo A NIF 01 287581993</div> <div>Sujeito passivo B NIF 02 269531688</div> </div>								
4 RENDIMENTOS DO TRABALHO DEPENDENTE E/OU PENSÕES OBTIDOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS								
A RENDIMENTOS / RETENÇÕES / CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS / QUOTIZAÇÕES SINDICAIS								
NIF da entidade pagadora	Código dos Rendimentos	Titular	Rendimentos	Retenções na fonte	Contribuições	Retenção da sobretaxa	Quotizações sindicais	
510652581	401	A	13.010,30	588,00	1.431,14		100,06	
513789995	401	B	2.990,27	0,00	328,94		0,00	
SOMA DE CONTROLO			16.000,57	588,00	1.760,08	0,00	100,06	
Se declarou pensões de alimentos (código de rendimentos 405), opta pelo seu englobamento? <div> Sim 01 <input type="checkbox"/> Não 02 <input type="checkbox"/> </div>								
Contratos de Pré-Reforma / Informações Complementares								
NIF da entidade pagadora	Código	Titular	Ano Mês Dia			Ano Mês Dia		
	4 0 7		Data do contrato de pré-reforma			Data do primeiro pagamento		
	4 0 7		Data do contrato de pré-reforma			Data do primeiro pagamento		
B PAGAMENTOS POR CONTA								
Código dos rendimentos	Titular	Valor		Código dos rendimentos	Titular	Valor		
C OUTRAS DEDUÇÕES								
Código da despesa	Titular	Valor		Código da despesa	Titular	Valor		
Seguros de Profissões de Desgaste Rápido / Entidade Gestora								
	Profissão/Código	Titular	Valor		NIF Português	País	Número fiscal (UE ou EEE)	
Se preencheu o código 424 identifique:								
Se preencheu o código 424 identifique:								
D INCENTIVO FISCAL À AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS PELOS TRABALHADORES								
Se auferiu ganhos previstos no n.º 7 da alínea b) do n.º 3 do artigo 2º do CIRS e desde que verificadas as condições de isenção previstas no artigo 43º-C do EBF, indique:								
NIF da entidade pagadora	Código do rendimento	Titular	Montante do ganho		NIF da entidade pagadora	Código do rendimento	Titular	Montante do ganho
E REGIME FISCAL APLICÁVEL A EX-RESIDENTES (ARTIGO 12.º-A DO CIRS)								
						Ano em que se tornou residente em Portugal	Titular	
Se reúne os pressupostos e condições previstos nos n.ºs 1 e 2 do art.º 12.º-A do CIRS e mencionou rendimentos com o código 410 e ou 411, indique:								
Se reúne os pressupostos e condições previstos nos n.ºs 1 e 2 do art.º 12.º-A do CIRS e mencionou rendimentos com o código 410 e ou 411, indique:								
F OPÇÃO PELO REGIME FISCAL DO ART.º 12.º-B DO CIRS - IRS JOVEM								
		Titular	Ano da conclusão do ciclo de estudos	Nível de qualificação do QNQ	Estabelecimento de ensino / País da conclusão do ciclo de estudos			
					NIF Português		Código do país	
Se reúne os pressupostos e requisitos do art.º 12.º-B do CIRS e mencionou rendimentos com o código 417, no Q4A, indique:								
Se reúne os pressupostos e requisitos do art.º 12.º-B do CIRS e mencionou rendimentos com o código 417, no Q4A, indique:								
G REGIME FISCAL PREVISTO NOS N.ºs 9 E 10 DO ART.º 12.º DO CIRS - ESTUDANTES DEPENDENTES								
Para os dependentes mencionados no Q4A, com rendimentos identificados com o código 418, indique:								
Titular	Efetuiu a comunicação prevista no n.º 10 do art.º 12.º do CIRS	Identificação do estabelecimento de ensino que frequentou (ou o país)		Titular	Efetuiu a comunicação prevista no n.º 10 do art.º 12.º do CIRS	Identificação do estabelecimento de ensino que frequentou (ou o país)		
		NIF Português				NIF Português		
		Código do país				Código do país		

5	RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES INCLUÍDOS NO QUADRO 4							
A	RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES (N.º 1 DO ARTIGO 74.º DO CIRS)							
	NIF da entidade pagadora	Ano a que respeitam os rendimentos	Código dos rendimentos	Titular	Rendimentos	Número de anos (2019 e anteriores)		
B	RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES - OPÇÃO PELO REGIME DO N.º 3 DO ARTIGO 74.º DO CIRS							
	NIF da entidade pagadora	Ano a que respeitam os rendimentos	Código dos rendimentos	Titular	Rendimentos	Retenções na fonte	Contribuições	Quotizações sindicais

C	DESPESAS DE SAÚDE, FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO, ENCARGOS COM IMÓVEIS E COM LARES										
C1	AGREGADO FAMILIAR										
<p>Em alternativa aos valores comunicados à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), pretende declarar as despesas de saúde, de formação e educação, os encargos com imóveis e os encargos com lares relativos ao agregado familiar?</p> <p>Sim <input type="checkbox"/> 01 Não <input checked="" type="checkbox"/> 02 X</p> <p>Se assinalou o campo 01 (sim) deve preencher o quadro seguinte, inscrevendo todas as despesas suportadas pelo agregado familiar, por titular, incluindo aquelas cujos valores são iguais aos comunicados à AT. Note que ao exercer esta opção apenas serão consideradas as despesas inscritas neste quadro.</p>											
	Código Despesa/Encargo	Titular	Montante			Código Despesa/Encargo	Titular	Montante			
Se mencionou despesas referentes a refeições escolares (código 658 e ou 660), indique:											
	Titular	NIF do prestador de serviços			Titular	NIF do prestador de serviços			Titular	NIF do prestador de serviços	
	680				681				682		
C2	DEPENDENTES EM ACOLHIMENTO FAMILIAR										
<p>Caso tenha identificado dependentes em acolhimento familiar, no Q6C do rosto, indique se suportou despesas de saúde e de formação e educação relativamente aos referidos dependentes e ao(s) período(s) em que não estiveram confiados a família de acolhimento</p> <p>Sim <input type="checkbox"/> 03 Não <input type="checkbox"/> 04</p> <p>Se assinalou o campo 03 (sim), deve preencher o quadro seguinte, inscrevendo as despesas suportadas relativamente ao(s) período(s) em que os dependentes não estiveram confiados a família de acolhimento:</p>											
	Código Despesa/Encargo	Dependente	Montante			Código Despesa/Encargo	Dependente	Montante			
Se mencionou despesas referentes a refeições escolares (código 753 e ou 756), arrendamento de estudante deslocado (código 754 e ou 757) e ou despesas de formação e educação em Território do Interior / Região Autónoma (código 758), indique:											
	Dependente		NIF do prestador de serviços		NIF do locador		Código território interior / Região Autónoma				
	690										
	691										
7	INFORMAÇÃO RELATIVA A DESPESAS E ENCARGOS COM IMÓVEIS PARA HABITAÇÃO PERMANENTE, ARRENDAMENTO DE ESTUDANTE DESLOCADO E A DESPESAS DE FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO (TERRITÓRIO DO INTERIOR OU REGIÕES AUTÓNOMAS)										
	Natureza do encargo	Freguesia	Tipo	Artigo	Fração	Titular	NIF do arrendatário	NIF do mutuante/locador/proprietário	Código país	Código território interior / Região Autónoma	
Se indicou encargos com rendas de prédio destinado à habitação permanente (código 05 e ou 08) e beneficiou de apoio financeiro indique:											
	O seu valor anual					701	O NIF da entidade que o atribuiu				702
8	ACRÉSCIMOS POR INCUMPRIMENTO DE REQUISITOS										
								À coleta	Ao rendimento		
	Pelo pagamento por empresas de seguros de quaisquer importâncias fora das condições legalmente previstas (ex-art.º 86.º, n.º 5, do CIRS e art.º 97.º, n.º 2, da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12)							801			
	Pela inobservância das condições legalmente previstas relativas a contribuições das entidades patronais para regimes de segurança social (art.º 18.º, n.º 2, do EBF)							802			
	Por atribuição de rendimentos ou reembolso de certificados ou planos individuais de poupança-reforma (PPR), poupança-educação (PPE) ou poupança-reforma / educação (PPR/E) (art.º 16.º, n.º 3 e art. 21.º, n.º 4, do EBF)							803			
	Pelo levantamento antecipado do valor capitalizado de planos de poupança em ações (PPA) (ex-art.º 24.º, n.º 4, do EBF e art.º 39.º, n.º 7, da Lei n.º 55-B/2004, de 30/12)							804			
	Pelo incumprimento das condições estabelecidas para subscrição dos planos de poupança em ações (PPA) (ex-art.º 24.º, n.º 7, do EBF e art.º 39.º, n.º 7, da Lei n.º 55-B/2004, de 30/12)							805			
	Pelo reembolso ou utilização para fins não legalmente previstos das importâncias entregues às cooperativas de habitação e construção (art.º 17.º, n.º 3, do ex-Estatuto Fiscal Cooperativo e art.º 87.º, n.º 2, da Lei n.º 53-A/2006, de 29/12)							806			
	Pela inobservância das condições relativas às entregas para realização do capital social de cooperativa (art.º 17.º, n.º 4, do ex-Estatuto Fiscal Cooperativo e art.º 87.º, n.º 2, da Lei n.º 53-A/2006, de 29/12)							807			
	SOMA DE CONTROLO (801 a 807)								0,00	0,00	

9	DEDUÇÕES AO RENDIMENTO										
A	INCENTIVOS À RECAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS (ART.º 43.º-B, do EBF)										
Titular		Entradas de capital em dinheiro		NIF da sociedade em que participa		Titular		Entradas de capital em dinheiro		NIF da sociedade em que participa	
		Ano	Valor					Ano	Valor		
901						903					
902						904					

10	DESPEAS DE SAÚDE E FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO SUPOSTADAS PELAS FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO						
NIF da criança ou jovem		Código Despesa/Encargo	Montante	NIF da criança ou jovem		Código Despesa/Encargo	Montante

Se mencionou despesas referentes a refeições escolares (código1003 e ou 1005), arrendamento de estudante deslocado (código 1007 e ou 1008) e ou despesas de formação e educação em Território do Interior / Região Autónoma (código 1006), indique:

Campo do Q10	NIF do prestador de serviços	NIF do locador	Código território interior / Região Autónoma	Campo do Q10	NIF do prestador de serviços	NIF do locador	Código território interior / Região Autónoma
10051				10052			